

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Gasto público ajuda PIB de 2,3% em 2025..... 2

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Consumo das famílias esfria..... 4

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil cresce 2,3% em 2025 e fica em 6º no ranking do G20..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Risco de guerra mais longa derruba mercados globais..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guerra no Irã não afeta Brasil por ora, diz Haddad..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Expectativa do governo é que economia ganhe força neste trimestre..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad diz que conflito não muda perspectiva de queda de juros..... 11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC da Segurança: relator resiste a retirar debate sobre maioria..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS aperta regras contra fraudes no consignado..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Quebra de sigilo de Lulinha é mantida..... 16

Gasto público ajuda PIB de 2,3% em 2025

» ROSANA HESSEL

O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou o impacto dos juros elevados na atividade econômica, como era esperado pelo mercado. No último trimestre de 2025, o **PIB** registrou variação positiva de 0,1% na comparação com o terceiro trimestre, quando a variação foi zerada após a revisão da taxa anterior, também de 0,1%, pelo IBGE.

Com esse resultado, o **PIB** apresentou, no ano, crescimento de 2,3%, desacelerando em relação a 2024, quando o indicador de riqueza do país cresceu 3,4%. Foi a menor taxa de expansão da atividade desde o tombo de 3,3% em 2020, durante a pandemia da covid-19.

Na comparação com o mesmo período de 2024, o avanço foi de 1,8%.

Em valores correntes, o **PIB** somou R\$ 12,7 trilhões, e a renda per capita - que resulta da divisão do **PIB** pela população - cresceu 1,9% em relação ao ano passado, para R\$ 55,9 mil.

O resultado do **PIB** divulgado pelo IBGE ficou em linha com as apostas do mercado e do Ministério da Fazenda, que, no mês passado, revisou de 2,2% para 2,3% a previsão de crescimento do **PIB** de 2025. Os dados do instituto mostram que os principais impulsos do **PIB** no último trimestre do ano foram a agricultura, que cresceu 0,5% na comparação com o trimestre anterior, e 11,7% na comparação anual. Já os serviços, que mais pesam na composição do **PIB** (quase 70%), apresentaram avanço de 1,8% no ano, enquanto a indústria teve alta de 1,4% no ano, mas recuou 0,7% no último trimestre.

Consumo Todavia, um dos dados que mais chamou a atenção dos analistas foi o aumento do consumo do governo, que cresceu 3,6% no último trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período de 2024, e 2,1% no acumulado do ano. Enquanto isso, o consumo das famílias avançou 1,3% no ano, taxa inferior aos gastos do governo, refletindo os impactos do aperto monetário » ROSANA HESSEL capitaneado pelo Banco Central.

"Os serviços, que são um importante componente do **PIB**, apresentaram forte crescimento, especialmente serviços de informação e comunicação (com alta de

6,5% no ano) e serviços financeiros (alta de 2,9%), que cresceram acima da média anual do **PIB**.

Mas o consumo do governo veio mais forte do que o esperado e isso vem ocorrendo nos três anos do atual governo, e revela que, tirando o agronegócio e as exportações, é o Estado que vem ganhando mais protagonismo no **PIB**", avaliou a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Matos contou que esperava queda de 0,1% no **PIB** do quarto trimestre na margem (em relação ao trimestre anterior), e reconheceu que esse gasto maior do governo foi um dos fatores que surpreenderam, e ele coincide com o enfraquecimento do consumo das famílias em meio ao aumento da inadimplência diante da política monetária mais restritiva do Banco Central, que manteve a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano desde junho do ano passado, contribuindo para a desaceleração da atividade.

Conforme os dados do IBGE, o consumo do governo somou R\$ 710,8 bilhões no trimestre encerrado em dezembro, mas, no acumulado do ano, esse componente do **PIB** somou R\$ 2,4 trilhões, acima dos R\$ 2,1 trilhões contabilizados com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos no país e recuou 3,1% na comparação trimestral.

O economista e ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria, também demonstrou preocupação com o aumento dos gastos do governo. "Isso reflete o aumento do gasto público após o fim do teto de gastos com a substituição de uma regra que já morreu e que não consegue estabilizar a dívida pública em relação ao **PIB**", criticou Mailson, lembrando que o país segue crescendo abaixo da média global, o que limita a saída da armadilha da renda média baixa.

O crescimento do **PIB** brasileiro ficou abaixo da média dos países emergentes e dos membros do Brics, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e mais seis novos integrantes, de acordo com Alex Agostini, economista- chefe da Austin Rating.

Segundo Agostini, o processo de desaceleração do **PIB** brasileiro fez o país perder uma posição no ranking global, para a 11ª colocação, com um **PIB** em dólares de 2,268 bilhões. "Essa perda de posição não é demérito do Brasil, porque a Rússia teve uma

valorização muito forte do rublo depois de ter tido uma desvalorização gigantesca em 2023, no início da guerra com a Ucrânia", explicou.

Em meio a conflito, dólar sobe e Bolsa cai

O medo em relação a um possível prolongamento da guerra travada por Estados Unidos e Israel contra o Irã inquietou investidores no mundo inteiro, ontem. No Brasil, o Ibovespa encerrou a sessão em baixa de 3,28%, aos 183.104 pontos. No mercado cambial, o dólar voltou a registrar uma valorização mais forte e subiu 1,92%, cotado a R\$ 5,26. O movimento foi reforçado pelo novo aumento de preço do petróleo. O barril tipo Brent com vencimento em abril fechou em alta de 4,71%, a US\$ 81,40.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/04/all.pdf>

Consumo das famílias esfria

O consumo das famílias acumulou crescimento de 1,3% em 2025, abaixo de 2024 (5,1%). O novo resultado foi o mais fraco desde a queda de 4,6% em 2020, na pandemia.

A recuperação do emprego e da renda serviu de incentivo para o consumo, mas esse componente do **PIB** encontrou as barreiras do endividamento das famílias e dos juros, segundo o IBGE.

Os investimentos produtivos na economia também perderam ritmo. A alta foi de 2,9% em 2025, abaixo da registrada em 2024 (6,9%).

O consumo do governo, por sua vez, cresceu 2,1%. Foi praticamente o mesmo nível de avanço verificado um ano antes (2%).

Setor externo e taxa de juros

O **PIB** ainda inclui o setor externo. As exportações aumentaram 6,2% no ano passado, acima dos 2,8% de 2024. As importações avançaram 4,5% em 2025, menos do que no ano anterior (15,6%).

A economista Claudia Moreno, do C6 Bank, afirma que o **PIB** mostrou resiliência com a demanda da administração pública e o desempenho dos setores menos sensíveis à política monetária, como a agropecuária e a indústria extrativa.

"Essa combinação também impulsionou as exportações, contribuindo para manter a economia em ritmo sólido, sem sinais de recessão ou desaceleração abrupta."

Analistas destacam que o governo

Lula aposta em estímulos para impedir uma perda de ritmo maior do **PIB** em ano eleitoral.

Guerra pode impactar inflação

A divulgação do **PIB** ocorre no momento em que a guerra no Irã provoca incertezas no mundo. O conflito já pressionou as cotações de petróleo e, caso se prolongue, pode elevar as exportações de países como o Brasil.

O contexto, porém, traz riscos para a inflação no país. A ameaça aparece no radar porque o petróleo influencia os preços de combustíveis, que impactam os custos de diferentes setores da economia.

"Isso pode deixar o Banco Central mais cauteloso em relação ao

corte de juros. É difícil ter certeza do que vai acontecer, mas suponho que o efeito seja mais negativo", diz Juliana Trece, do FGV Ibre.

O mercado espera que o BC comece a cortar a Selic neste mês, mas a taxa tende a fechar o ano em dois dígitos - a estimativa do Focus está em 12% para o fim de dezembro.

Ranking global

O crescimento do **PIB** brasileiro em 2025 ficou abaixo do desempenho esperado para a economia mundial no ano passado. Com isso, a expectativa é que o país perca posições no ranking das maiores economias globais pelos dois critérios utilizados para fazer essa comparação (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-0403202602%20-%20dc384cb3d4d6be360e0bb8052e569358.pdf

Brasil cresce 2,3% em 2025 e fica em 6º no ranking do G20

AGÊNCIA BRASIL

A expansão de 2,3% da economia brasileira em 2025 posiciona o Brasil na sexta posição do ranking de crescimento do G20, grupos das maiores economias do mundo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem que o Produto Interno Bruto (**PIB**) atingiu R\$ 12,7 trilhões no ano passado.

O **PIB** é o conjunto de bens e serviços produzidos no país e serve como indicador do comportamento da economia. No ano passado, a agropecuária foi o principal motor do **PIB** nacional.

Logo após a divulgação do resultado pelo IBGE, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou um ranking com o desempenho do **PIB** entre as 16 economias do G20 que já divulgaram os dados consolidados de 2025.

Perda de ritmo

A lista é liderada pela Índia, que apresentou um salto de 7,5% na comparação com 2024. O Brasil aparece em sexto lugar, imediatamente à frente dos Estados Unidos, maior potência econômica do mundo.

O desempenho do **PIB** brasileiro em 2025 marcou o quinto ano seguido de expansão. No entanto, o resultado aponta desaceleração, isto é, perda de ímpeto. Em 2024, o crescimento havia sido de 3,4%.

Os técnicos do Ministério da Fazenda atribuem a perda de ritmo à política de juros altos.

"Esse movimento indica que a política monetária contracionista exerceu impacto relevante sobre a atividade, contribuindo para o fechamento do hiato do produto", afirma o estudo.

Na linguagem dos economistas, hiato do produto é um indicador sobre a capacidade de produção da economia sem gerar pressão inflacionária. O fechamento do hiato citado pelo boletim da SPE indica que os juros altos desestimularam o consumo a ponto de diminuir a alta de preços.

A política monetária contracionista, isto é, juros em patamar elevado, foi a ferramenta do Banco Central

(BC) para conter a **inflação**, que ficou praticamente todo o ano de 2025 acima da meta do governo, de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Desde setembro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC impôs trajetória de alta à Selic - taxa básica de juros - fazendo-a bater 15% ao ano em junho de 2025 e assim permanecendo até os dias atuais. É o maior patamar desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

A Selic influencia todas as demais taxas de juros do país e, quando elevada, age de forma restritiva na economia, ou seja, encarece operações de crédito e desestimula investimentos e consumo.

O impacto esperado é a menor procura por produtos e serviços, esfriando a **inflação**. O efeito colateral é que a economia em marcha lenta tende a diminuir a geração de empregos.

"A perda de fôlego tornou-se mais evidente no segundo semestre, quando a atividade permaneceu praticamente estável em relação ao primeiro", aponta o boletim da SPE.

Risco de guerra mais longa derruba mercados globais

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Luana Reis e Gabriel Roca

A reação tímida do mercado ao início da guerra entre Estados Unidos e Irã se transformou rapidamente em um movimento coordenado de ampla aversão a risco na sessão de ontem. Com temores crescentes de que o conflito se estenda mais do que os investidores esperavam, as bolsas globais exibiram forte queda, o dólar se fortaleceu amplamente frente a divisas desenvolvidas e emergentes e a alta nos preços do petróleo ampliou os receios de que bancos centrais não sejam capazes de afrouxar mais os juros ao redor do mundo. No Brasil, o Ibovespa caiu mais de 3%, o dólar fechou o dia aos R\$ 5,26 e os investidores passaram a precificar um ritmo mais brando de cortes na Selic pelo Banco Central.

Ainda que a narrativa predominante seja a de que o choque na oferta de petróleo será passageiro e que o otimismo observado há algumas semanas deve retornar aos mercados, os cenários mais pessimistas ganharam peso na sessão e levaram a um amplo movimento de redução na exposição a ativos de risco.

No site de apostas Polymarket, por exemplo, investidores passaram a atribuir maior probabilidade de a guerra de EUA e Israel contra o Irã terminar apenas em junho e não mais em abril, como esperavam até a sessão de segunda-feira.

Assim, os ativos de países emergentes, que vinham surfando uma onda global de otimismo, exibiram duras perdas. O dólar chegou a avançar mais de 3% frente ao real e alcançou a marca de R\$ 5,34. No fechamento, o dólar comercial reduziu os ganhos, mas ainda terminou o dia em alta de 1,91%, cotado a R\$ 5,2645.

O estresse contaminou também o Ibovespa, que teve seu pior dia desde o anúncio da candidatura de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em dezembro. O principal índice da bolsa encerrou em queda de 3,28%, aos 183.105 pontos, após despencar 4,64% nos menores patamares do dia. Em conjunto, as empresas do Ibovespa perderam R\$ 150,5 bilhões em valor de mercado com a queda no dia, segundo dados do Valor Data. Em Wall Street, o S P 500 caiu 0,94%, após recuar 2% nas mínimas do dia.

O petróleo Brent manteve sua escalada e avançou 4,70%, fechando aos US\$ 81,40 o barril, maior patamar em 14 meses. Com os receios elevados de que a **inflação** possa reduzir o espaço para o afrouxamento monetário global, os agentes também passaram a projetar um ciclo de cortes menor por parte do Banco Central.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 avançou de 12,685% a 12,885%. O mercado de opções digitais de Copom mostrou quadro de cautela: a probabilidade implícita de corte de 0,5 ponto da Selic despencou de 73% para 57%, após ter atingido mais de 80% na semana passada. Já a chance de corte de 0,25 ponto subiu de 24% a 35%, depois de ter tocado a mínima de 12% na quinta-feira passada.

O economista Tom Porcelli, do Wells Fargo, lembra que os mercados emergentes estão mais expostos

a eventos no Oriente Médio. "No entanto, assumindo que as disrupções de mercado sejam apenas temporárias, não acreditamos que as preferências dos bancos centrais de mercados emergentes em relação às taxas de juros devam mudar", diz.

O chefe de investimentos (CIO) da Azimut Brasil Wealth Management, Marco Antonio Mecchi, compartilha a premissa de que o BC deve continuar a fazer o que já estava em seus planos sobre o ciclo de corte de juros. "Se a estratégia do BC era dar um corte de 0,5 ponto, eu seguiria com isso. Ao meu ver, teremos um choque temporário nos preços do petróleo. A **inflação** até pode ficar um pouco mais elevada, mas em algum momento a logística do petróleo se resolve ou a Opep ajusta sua produção e os preços voltam ao que estavam."

Mecchi avalia que esse fortalecimento do dólar neste momento é justamente um ajuste de posições por conta da forte mudança nos preços das moedas, em especial emergentes, frente ao dólar. "Como ninguém ainda sabe qual vai ser o alcance do que vai ser esse conflito no Oriente Médio, está ocorrendo um desmonte de posições.

Estamos vendo, portanto, uma queda nos preços do ouro, da prata e de ativos de mercados emergentes. É uma correção. O mercado estava muito alavancado

nesses mercados", aponta.

"Independente dos números que o modelo [de projeção do BC] vai dar, o mais importante é entender que o cenário se tornou extremamente incerto", pondera Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank. Para ele, é até mais provável que, mantida a incerteza quanto à geopolítica global, o BC prefira um corte menor de 0,25 ponto percentual daqui a duas semanas.

"Normalmente, nesse contexto, os BCs tendem a se mover da maneira mais cautelosa possível. Isso não significa, necessariamente, que os juros vão ficar parados, mas sim que o ajuste será próximo do mínimo que o BC está sinalizando", diz Salles. "Estamos de frente a uma grande incerteza. Se a estrada está com neblina, vá devagar."

Já Igor Barenboim, economista-chefe da Reach Capital, acredita que o BC ainda terá espaço para o corte de 0,5 ponto no dia 18. Até lá, é provável que o presidente dos EUA, Donald Trump, trabalhe para amenizar os impactos do

conflito nos mercados e na economia americana. "Tendo a prender a respiração e achar que a coisa vai se acomodar. O homem mais poderoso do mundo quer que o BC do seu país corte juros, e isso trabalha a nosso favor", diz.

O chefe de mesa de renda variável da Warren, Ricardo Maluf, uma combinação de fatores pesou sobre o Ibovespa ontem: revisões nos ciclos de corte de juros no Brasil e nos EUA, em meio ao avanço dos preços de petróleo e ao aumento dos temores inflacionários; temor de que o conflito no Oriente Médio possa se estender mais do que o previsto anteriormente; e dados mais fortes do que o esperado para o mercado de trabalho local.

Ainda que tenha encerrado em queda, o Ibovespa conseguiu terminar distante das mínimas do dia após ajustes feitos por investidores ao longo do pregão. "Acaba que o começo de um dia de aversão a risco é sempre mais agitado. Tem 'stops' de todos os lados. Passando isso, pode passar a prevalecer o fundamento. No médio e longo prazos, a história de Brasil ainda segue positiva", avalia.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Guerra no Irã não afeta Brasil por ora, diz Haddad

Sofia Aguiar e Jéssica Sant'Ana

Após o ataque dos Estados Unidos ao Irã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, nesta terça-feira (3), que o Brasil é autônomo e suficiente em relação ao petróleo e, por isso, não vislumbra, neste momento, problemas para o país diante do conflito que vem acontecendo no Oriente Médio. Em sua avaliação, ainda é cedo para falar numa reversão da tendência de queda da taxa Selic devido ao conflito deflagrado.

"A gente não sabe como é que esse conflito vai acontecer, como é que as coisas vão se suceder. Mas é muito cedo para falar de uma reversão do que está mais ou menos contratado aí, que é um ciclo de cortes", disse o ministro ao ser questionado sobre o impacto da guerra nas decisões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). A declaração foi dada na manhã de ontem, durante o programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional.

Haddad avaliou que o Brasil está bem-posicionado para enfrentar os efeitos do conflito. "Temos reservas cambiais, não temos dívida externa. É importante que não devemos em moeda forte", comentou.

O ministro voltou a defender que o BC ajuste "a dose do remédio", ou seja, a taxa Selic, que hoje está em 15% ao ano, visto que a **inflação** terminou o ano dentro da banda da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

"Acertar a dose é a arte da política monetária", disse. "Tem que saber conduzir as expectativas e a política econômica na direção correta, para aplicar a dose correta", completou.

Ele reconheceu, contudo, a instabilidade do cenário para fazer previsões. "Conflitos dessa escala sempre afetam as variáveis, sobretudo as expectativas futuras. Você mexe na moeda, você mexe na taxa de juros, essas coisas mudam com base na gravidade dos acontecimentos. E a reação iraniana foi maior do que a esperada. Agora, nós não temos ainda dimensão do quanto isso pode escalar", relatou.

De olho nos desdobramentos que a guerra no Oriente Médio pode acarretar, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, reforçou o diálogo

com países após o ataque dos Estados Unidos e conversou, nesta terça-feira, com os chanceleres do Kuwait, Jarrar Jaber Al-Ahmad Al-Sabah, da Jordânia, Ayman Safadi, e dos Emirados Árabes Unidos, Abdullah bin Zayed Al Nahyan - este último, pelo segundo dia consecutivo. Nas conversas, Vieira expressou preocupação quanto aos impactos e debateu o impacto das ações.

Os telefonemas ocorreram de forma separadas e foram informadas pelo Palácio Itamaraty. No caso da ligação com o chanceler do Kuwait, o governo brasileiro informou que foram discutidos os desdobramentos naquele país do conflito no Oriente Médio.

De acordo com nota divulgada, foram tratados os impactos da crise e das ações militares para o Kuwait, para a região e para a economia global. "Discutiram também a situação da comunidade

brasileira naquele país."

Na conversa com o chanceler da Jordânia, foram debatidos os possíveis cenários para o conflito nos próximos dias. "O ministro Mauro Vieira transmitiu ao ministro jordaniano a solidariedade do Brasil e expressou preocupação quanto aos desdobramentos militares e ao alastramento regional do conflito", afirma.

O terceiro telefonema foi com o chanceler dos Emirados Árabes Unidos. Na segunda-feira (2),

Vieira já tinha ligado com Abdullah bin Zayed Al Nahyan, e voltou a conversar também nesta terça-feira para atualizar sobre a situação na região. De acordo com o Itamaraty, os chanceleres falaram sobre o impacto em matéria de tráfego aéreo na região e a situação dos brasileiros residentes ou em trânsito por aquele país.

No final do dia, o governo brasileiro se manifestou sobre os ataques de Israel ao Líbano e disse acompanhar, "com grande preocupação", a extensão do conflito no Oriente Médio. A gestão petista condenou as ações e apelou às partes pela cessação "imediata" das hostilidades.

Como mostrou o Valor, o governo brasileiro ainda avalia o impacto do ataque ao Irã e monitora os

desdobramentos do conflito. Interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, ponderam que o episódio não deve afetar, por ora, a relação que o brasileiro vem construindo com seu par americano, Donald Trump. Auxiliares afirmam que a visita do petista a Washington ainda está prevista, mas, como não tem data marcada, pode demorar ainda mais para acontecer por causa da agenda de Trump.

O episódio tem sido analisado pelo governo brasileiro sob duas perspectivas. A primeira é a da instabilidade, com potencial de impor algum freio à economia global. A incerteza gerada pelo conflito afeta as perspectivas de investimento e comércio.

A segunda é um olhar mais específico sobre petróleo, fertilizantes e demais commodities estratégicas. Um eventual estrangulamento do acesso ao petróleo do Oriente Médio coloca no radar as repercussões sobre preços e inflação.

No último sábado (28), os Estados Unidos e Israel lançaram um ataque coordenado contra o Irã, tendo como alvo as principais lideranças do regime. Trump disse que o objetivo era acabar com uma ameaça à segurança do país e dar aos iranianos uma chance de derrubar governantes.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Expectativa do governo é que economia ganhe força neste trimestre

Por Giordanna Neves

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda afirmou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do quarto trimestre do ano passado deixa herança estatística positiva de 0,2% para a atualidade deste ano. Isso significa que, se permanecer até dezembro de 2026 no patamar em que encerrou o ano passado, o **PIB** crescerá 0,2% em relação a 2025.

O **PIB** teve alta de 0,1% no período de outubro a dezembro de 2025, em relação aos três meses anteriores, conforme o IBGE. O cálculo já é livre de fatores sazonais. No ano passado como um todo, a alta foi de 2,3% - o mesmo valor projetado pela SPE para o crescimento de 2026.

Para o primeiro trimestre deste ano, a SPE projeta aceleração acentuada do **PIB**, com crescimento próximo de 1% em relação aos últimos três meses de 2025. O movimento reflete a entrada em vigor de diferentes programas e, sobretudo, o aumento da renda disponível da população mais pobre, por causa da nova faixa de isenção do Imposto de Renda (IR).

Na sequência, a tendência é de desaceleração gradual do ritmo de crescimento da atividade, à medida que os efeitos de novas políticas públicas perdem força - movimento que deve ser parcialmente compensado pela redução do custo do crédito, de acordo com a SPE.

Para 2026 como um todo, pelo lado da oferta, a projeção é de desaceleração mais intensa do crescimento da agropecuária em relação a 2025. Por outro lado, deve haver um ritmo mais forte de expansão na indústria e nos serviços. Já sob a ótica da demanda, a expectativa é de maior contribuição da absorção doméstica (consumo das famílias e do governo e investimentos), ainda que parcialmente neutralizada por participação menor do setor externo.

Segundo a SPE, a expectativa de menor produção de milho e arroz, além da redução no abate de bovinos em razão da reversão do ciclo pecuário, deve conter o avanço do setor agropecuário em 2026, mesmo diante da perspectiva de nova safra recorde de soja. Por outro lado, projeta-se aceleração da indústria, refletindo a manutenção de um desempenho ainda forte da produção extrativa e a recuperação da indústria de transformação e da construção, em

resposta à flexibilização monetária prevista.

"Políticas como o Move Brasil, o Propag e o Reforma Casa Brasil, além da nova regra de direcionamento da poupança, também devem contribuir para a maior expansão desses subsetores", disse, referindo-se a programas governamentais e políticas públicas.

No setor de serviços, a projeção também é de aceleração do crescimento, sustentada pelos efeitos da reforma da tributação sobre a renda, da ampliação do crédito consignado ao trabalhador do setor privado e comportamento do mercado de trabalho.

Sobre o desempenho da economia no ano passado, a SPE avalia que a desaceleração da alta do **PIB** para 2,3%, após crescimento de 3,4% em 2024, foi mais intensa nos setores cíclicos, que respondem mais à política monetária.

Segundo a SPE, o desempenho sugere que a política monetária exerceu impacto relevante sobre a atividade, contribuindo para a redução do hiato do produto - isto é, diminuindo a diferença entre o nível efetivo de produção da economia e o seu potencial de crescimento sem pressionar a **inflação**.

A SPE aponta que a atividade só não perdeu ainda mais força nos dois últimos trimestres de 2025 porque contou com o suporte da agropecuária e da indústria extrativa, pelo lado da oferta, e do setor externo, pela ótica da demanda.

Na avaliação da Fazenda, atividades mais sensíveis ao ciclo também contribuíram negativamente para o resultado da atividade no quarto trimestre, com destaque para a indústria de transformação e construção.

Já a ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, afirmou que o Brasil tem crescido apesar dos desafios. Ela destacou o desempenho da agropecuária, que avançou 11,7% no período. O secretário-executivo do MPO, Gustavo Guimarães, afirmou ao Valor que o **PIB** evidencia a resiliência e a capacidade de adaptação do país, mesmo diante de um ambiente global mais adverso.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Haddad diz que conflito não muda perspectiva de queda de juros

BRUNA LESSA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a escalada de tensão no Oriente Médio - após ataques entre Estados Unidos, Israel e Irã - ainda não altera, no curto prazo, o cenário esperado de cortes na taxa básica de juros. Segundo ele, o impacto sobre a economia brasileira ainda depende da evolução do conflito.

Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional, o ministro destacou que episódios dessa dimensão costumam afetar variáveis como câmbio e expectativas de inflação, mas ponderou que seria precipitado decretar mudança brusca na política monetária:

- Tudo é uma questão de momento, estamos falando de hoje. A gente não sabe como é que esse conflito vai acontecer, como é que as coisas vão suceder, mas é muito cedo para falar de uma reversão do que está mais ou menos contratado, que é um ciclo de cortes.

Haddad voltou a comparar a taxa de juros a uma "dose de remédio", dizendo que tanto excesso quanto falta prejudicam a economia. Ele reforçou que o Banco Central deve analisar a trajetória de preços, endividamento das famílias e crédito às empresas antes de decidir a intensidade dos cortes.

-Acertar a dose é a arte da política monetária. Você conduz as expectativas, você não pode se colocar como espectador de arquibancada. Você é um player e tem que saber fazer conduzir as expectativas e a política econômica na direção correta para aplicar a dose correta -afirmou.

A próxima reunião do Copom está marcada para 17 e 18 de março, quando o mercado espera que o ciclo de afrouxamento finalmente comece.

Apesar da deterioração geopolítica - que inclui ataques a pontos estratégicos da região e relatos de restrições ao trânsito no Estreito de Ormuz, por onde passa boa parte do petróleo mundial - Haddad afirmou que o Brasil tem condições de resistir ao choque. Ele citou fatores estruturais, como as reservas cambiais, o pré-sal e o fato de o país ser exportador líquido de petróleo.

- O Brasil é grande o suficiente para se preparar e é autônomo o suficiente. O Brasil não depende de petróleo. O Brasil é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, sobretudo graças ao pré-sal, fruto de investimentos na Petrobras no segundo governo Lula -afirmou.

O ministro também avaliou que o avanço militar na região tem relação direta com a disputa entre Estados Unidos e China, que depende de mais de 10 milhões de barris de petróleo importado por dia.

A taxa de juros elevada teve "impacto relevante" na desaceleração da economia brasileira em 2025, segundo avaliação da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Em nota técnica, o órgão afirma que a política monetária "contracionista" exerceu efeito importante sobre a atividade e coincidiu com a perda de ritmo mais intensa nos setores mais sensíveis ao crédito.

Para 2026, a SPE manteve a projeção de crescimento do **PIB** em 2,3%. A expectativa é que a agropecuária cresça menos neste ano, mas que a indústria e os serviços ganhem fôlego com a flexibilização monetária - isto é, com a redução gradual dos juros - e com programas de estímulo ao crédito e ao investimento, especialmente os ligados à construção civil e ao financiamento imobiliário.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PEC da Segurança: relator resiste a retirar debate sobre maioria

LUÍSA MARZULLO E LETÍCIA PILLE

Alterações ao texto na PEC da Segurança voltaram a ser debatidas por parlamentares ontem, na véspera da data marcada para a análise do texto pela Câmara. Após novas rodadas de conversas, o governo tenta fechar uma alternativa de financiamento para a área com recursos da taxa sobre casas de apostas. Já MDB e PSD, também com o apoio do PT, articulam para retirar do relatório o trecho que prevê a realização de um referendo sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

O relator, Mendonça Filho (União-PE), porém, continuava a sinalizar que manteria a posição pela consulta popular à maioria e também sobre financiamento via **impostos** das bets. A previsão é que a proposta seja analisada hoje em comissão especial e também em plenário.

-A minha posição, a minha convicção com relação à redução da maioria penal permanece. Agora, eu estou numa casa política, estou ouvindo os líderes. Agora mesmo (estava com) a bancada da União Brasil e ela tem uma posição muito fechada na mesma direção -disse o parlamentar.

A inclusão do dispositivo gerou resistência na base governista e abriu uma disputa entre partidos de centro sobre o custo político de levar o tema ao plenário às vésperas de uma votação que exige apoio de três quintos dos deputados.

Nos encontros do dia de ontem, líderes governistas passaram a defender uma saída para ampliar o financiamento de políticas de segurança sem criar um novo imposto. O assunto foi discutido também em encontro no Palácio do Planalto, que reuniu ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva e parlamentares aliados.

Neste ponto, a proposta é incrementar o Fundo Nacional de Segurança Pública com recursos da taxa que já incide sobre casas de apostas. Durante a tramitação de outro texto importante para o governo, o PL Antifacção, a criação da chamada CideBets para financiar políticas de segurança foi enterrada. Agora, a ideia é usar parte dos 18% que já incidem sobre esse tipo de negócio.

Pela conta apresentada pelo líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (SC), essa fatia poderia gerar cerca de R\$ 6 a R\$ 7 bilhões por ano.

Hoje, a arrecadação é destinada à **seguridade social**. A mudança exigiria ajuste na destinação dos recursos, mas permitiria ao governo apresentar uma fonte concreta de financiamento, neutralizando críticas sobre impacto fiscal e evitando a criação de uma nova contribuição.

Segundo Uczai, o partido defende que o dinheiro venha do estoque do fundo social, evitando retirar investimentos nas áreas da saúde e educação. A divisão entre estados e União, de acordo com o deputado, seria pela metade.

- Daria de R\$ 6 a R\$ 7 bilhões por ano e essa metade iria para os governos estaduais e a outra metade ficaria com o governo federal.

O valor é visto por integrantes do governo como alternativa relevante diante das restrições fiscais e da pressão de governadores por mais recursos para custear policiamento, tecnologia e combate ao crime organizado.

Paralelamente, MDB e PSD intensificaram as conversas com o relator para que o trecho da maioria penal seja retirado antes da votação. A avaliação nesses partidos é que o dispositivo pode contaminar a PEC, dificultar a construção de acordo e transformar a sessão em embate ideológico, desviando o foco do núcleo da proposta.

Lideranças envolvidas nas tratativas relatam duas possibilidades sobre a mesa: convencer Mendonça a apresentar um novo relatório sem o referendo ou, caso ele mantenha a posição, construir um acordo para suprimir o dispositivo por meio de destaque em plenário.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (RepublicanosPB), tem atuado nas conversas e admitido a aliados que o destaque pode ser a saída possível para gerar um acordo.

Apesar da pressão, Mendonça reafirmou algumas vezes que mantinha a posição sobre o referendo.

-Não vou tirar -disse o relator pela manhã.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS aperta regras contra fraudes no consignado

Jéssica Sant"Ana e Edna Simão De Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai apertar ainda mais o cerco para evitar fraudes nos contratos de empréstimo consignado e diminuir o assédio de bancos a aposentados e pensionistas. Entre as novidades que serão implementadas ainda neste semestre, estão a exigência de anuência posterior do segurado para validação do empréstimo e a liberação do dinheiro das parcelas do financiamento para a instituição financeira somente após a juntada do contrato no sistema da Dataprev, a estatal de tecnologia da informação.

Com as novas regras, o governo espera impedir ou fechar as brechas para irregularidades como as encontradas nos contratos de crédito consignado firmados pelo Banco Master, que foi liquidado em novembro do ano passado pelo Banco Central (BC).

Também está sendo preparado um sistema de "leilão do crédito consignado", em que o segurado manifestará dentro do aplicativo do "Meu **INSS**" que deseja contratar determinado valor de empréstimo. Os bancos que tiverem interesse poderão fazer propostas com taxas de juros mais atrativas para disputar o cliente. É um modelo semelhante ao Crédito do Trabalhador, que facilita o acesso ao crédito consignado aos trabalhadores do setor privado, usando o aplicativo da Carteira de Trabalho digital ou da Caixa Econômica Federal.

As inovações fazem parte de um trabalho de revisão das regras e contratos de crédito consignado do **INSS**, informou ao Valor o presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior. Esse trabalho começou depois do escândalo dos descontos associativos indevidos, revelado em abril do ano passado e que resultou na queda de quase toda a direção do órgão. No caso dos descontos associativos, entidades fraudavam associações de aposentados e pensionistas e realizavam descontos automáticos nos benefícios. Uma lei aprovada pelo Congresso proibiu esse desconto.

No caso do consignado, trata-se de uma operação de crédito contratada pelo segurado junto às instituições financeiras. Contudo, esses tipos de empréstimo também foram alvo de várias denúncias de irregularidades, o que levou o **INSS** a fazer essa

revisão nos contratos e a estudar novas regras.

Em abril de 2025, eram 82 acordos de cooperação técnica com instituições financeiras autorizadas a operar o consignado do **INSS**. Agora, são 62 contratos vigentes. Os demais foram rescindidos ou não renovados por uma série de irregularidades, como venda casada de produtos e contratos com informações precárias sobre os termos do empréstimo ou sobre a anuência do segurado. É o caso, por exemplo, do Banco Master.

"O Master começa a operar no **INSS** em 2020. E nunca foi feito um pente fino, mesmo porque o entendimento que se tinha dentro do **INSS** era que qualquer falha em contrato de consignado a responsabilização era da instituição financeira", afirma Waller. "Quando notificamos e recebemos os contratos, ele não trazia as informações básicas para você confirmar aquela contratação. Eu não sabia taxa de juros, custo efetivo, parcelas e não tinha a comprovação de assinatura do segurado", relata.

O trabalho de revisão continua e algumas instituições têm fechado com o **INSS** acordos para devolver dinheiro descontados irregularmente dos aposentados. Já no caso do Master, a discussão está na Justiça. O contrato do Credcesta, operado pelo Master nos últimos anos, também deve ser cancelado por informações contratuais precárias.

Em paralelo à revisão dos contratos, o **INSS** prepara um novo normativo para exigir anuência posterior do segurado ao contratar o consignado. Essa exigência entrará em vigor ainda neste primeiro semestre.

Outro ajuste é que a parcela do empréstimo que é descontada do benefício será repassada para a instituição financeira somente após a juntada do contrato no sistema da Dataprev. O objetivo é prevenir o que aconteceu com o Master, que tinha milhares de empréstimos feitos sem contrato repassado ao governo para conferência. A ideia é também adotar um modelo padrão de contrato para ser encaminhado: "sem aquelas informações, o contrato não consegue subir para a plataforma da Dataprev", disse Waller.

Já para tentar diminuir o assédio aos segurados e garantir melhores condições, o **INSS** vai lançar o "leilão do crédito consignado". "O segurado coloca no

sistema que quer contratar 10 mil reais, por exemplo. O próprio sistema já calcula a taxa máxima que poderia ser cobrada. Ele escolhe o prazo do financiamento. Depois, ele dispara a solicitação para todas as instituições financeiras que ele selecionar, que vão ter 48 horas para poder juntar a sua proposta", explica o presidente do **INSS**.

Uma das vantagens é que, quando o segurado escolher determinada oferta, a instituição ficará vinculada àquela proposta, sem poder oferecer uma condição diferente daquilo que foi tratado, o que dá mais transparência ao processo, explica Waller.

Outra mudança é que a margem consignável (o valor da renda que pode ser comprometido com o empréstimo) não ficará mais acessível às instituições financeiras, o que aumentava o assédio dos bancos aos aposentados e pensionistas. "Você fecha essa informação, que fica restrita ao **INSS**, Dataprev e o cidadão."

A previsão é que a normativa trazendo as regras desse leilão seja publicada ainda neste semestre, com um período de transição e entrando em funcionamento por completo no segundo semestre do ano. Também poderá ser solicitada a portabilidade do consignado nesse sistema do leilão.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Quebra de sigilo de Lulinha é mantida

» **ALÍCIA BERNARDES** » **WAL LIMA** » **FABIO GRECCHI**

O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), manteve a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Na semana passada, em uma sessão tumultuada, a CPMI do **INSS** aprovou o acesso aos dados do filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, suspeito de receber uma mesada de R\$ 300 mil do empresário Antonio Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, segundo diálogo mantido com a empresária Roberta Luchsinger.

A decisão de Alcolumbre foi tomada depois da análise de recurso apresentado por 14 deputados e senadores governistas, no qual solicitava a suspensão imediata dos efeitos da votação, sob a alegação de falhas na condução do processo pelo presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG) - que, segundo os parlamentares da base do Palácio do Planalto, teria feito uma contagem incorreta dos votos.

Alcolumbre argumentou que os 14 votos dos governistas contra a quebra de sigilo não seriam suficientes para vencer a deliberação, já que a sessão da CPMI contava com 31 parlamentares - ou seja, a maioria seria de 16 nomes. "Neste caso concreto, sustentado pelos autores, 14 parlamentares teriam se manifestado contrariamente aos requerimentos postos em votação. Porém, ainda assim, esse número de votos contrários não seria suficiente para a configuração da maioria. Ainda que se considere que o presidente da CPMI se equivocou na contagem daqueles que se levantaram contra os requerimentos, o número de votantes contrários demonstrado pelos autores não seria suficiente para ganhar a deliberação", frisou.

Segundo o presidente do Senado, o comando da Casa só deve agir em casos "excepcionais". Alcolumbre salientou que a votação de quebra de sigilo de Lulinha não configurou anormalidade e que as votações de comissões devem ser respeitadas.

"As decisões tomadas por CPIs devem ser respeitadas por todos, sempre que tenham sido adotadas de forma regular e com respeito à regra da colegialidade. Diante da relevância constitucional dos trabalhos das CPIs, apenas em situações excepcionais, flagrantes de respeito às normas condicionais, legais ou regimentais, é que esta presidência deve intervir", observou.

Decisão técnica O presidente da CPMI e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), acompanharam atentamente a leitura do parecer de Alcolumbre.

Proferida a decisão, foi a vez de Viana desabafar, afirmando que agiu de forma "estritamente técnica" e dentro do regimento do Congresso.

Segundo o senador, foram contabilizadas as manifestações formais dos membros titulares no momento adequado da votação.

"Sei das pressões políticas, mas ali não está o lado político, não está nenhum tipo de posicionamento pessoal desta presidência da CPMI", afirmou. As quebras de sigilo de Lulinha foram aprovadas em 26 de fevereiro, a partir de pedidos apresentados pelo relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). A votação ocorreu de maneira simbólica, sem registro nominal, o que levou ao questionamento dos governistas.

Para o deputado Luiz Lima (Novo- RJ), que levou um soco do deputado Rogério Correia (PT-MG) na confusão que se formou assim que foi proclamado o resultado favorável à quebra dos sigilos de Lulinha, só cabia a Alcolumbre "ser um árbitro, não pode ser um torcedor, não pode ter lado. E a CPMI é mista, que envolve a Câmara e o Senado. Eu estava lá".

Randolfe, que acompanhou atentamente a leitura do parecer de Alcolumbre, garantiu que a base governista respeitará a decisão da presidência do Senado. Ele observou que a controvérsia não dizia respeito ao conteúdo das quebras de sigilo, mas, sim, ao rito empregado na votação. Na avaliação do líder do governo, a manifestação de Alcolumbre contribui para "uniformizar" o critério que deverá orientar as próximas votações.

"Quando vossa excelência, na posição de magistrado do Congresso Nacional, se pronuncia, Roma locuta, causa finita est (expressão em latim que quer dizer "Roma falou, o caso está encerrado"). A gente luta para vencer, mas aceita quando perde", disse.

Ainda segundo Randolfe, não há intenção da base de criar obstáculos às apurações. Ele defendeu que a CPMI analise requerimentos "de todos os lados" e ressaltou que a deliberação da Presidência precisa ser aceita "como em qualquer democracia".

Apesar da vitória da oposição com a deliberação de Alcolumbre, o pedido de prorrogação da CPMI feito pelos adversários do Palácio do Planalto ainda não tem resposta.

Viana conversou com o presidente do Senado sobre ampliar o prazo de funcionamento da comissão em mais 60 dias, uma vez que, pelo cronograma atual, os trabalhos do colegiado terminam no próximo dia 26.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/04/all.pdf>